

O início do projeto

Cabeço Santo



Conteúdo

INÍCIO	2
OS PRIMEIROS DOIS ANOS (2006-2008)	2
OS ANOS DE 2009 A 2011	6
DE 2012 EM DIANTE	7

INÍCIO

Como a maior parte das áreas não cultivadas do Cabeço Santo se encontravam dentro da mata da então Celbi, detida pela multinacional Stora Enso, um passo essencial era gerar entendimentos com a empresa que permitissem a intervenção. Também era necessário um enquadramento institucional para o projecto e a Quercus aceitou a proposta de o acolher. Por isso, quando se realizou um primeiro encontro com responsáveis da Celbi, era já a Quercus que se apresentava como promotora do projecto. Isso não facilitou propriamente esses primeiros contactos porque, e ainda estava na memória de todos, a Quercus praticamente tinha nascido com a contestação ao eucalipto... Foi necessário investir na conquista da confiança, o que foi finalmente conseguido, tendo sido possível obter luz verde da empresa para que o projecto interviesse em áreas não cultivadas da mata.

Outro processo que decorreu ainda antes do início dos trabalhos do projecto foi a aquisição de um terreno de 7 ha que atravessa o Vale de S. Francisco e que divide, com a mata da então Celbi, a principal área rupícola e não cultivada desse vale. Bem, realmente, dos 7 ha do terreno, cerca de 1 tinha eucaliptos e uns 3 ou 4 tinham pinhal, originalmente semeado entre o matagal e o medronhal da encosta norte do vale, ainda de solo bastante marginal. O pinhal, contudo recuperou escassamente após o incêndio, certamente por falta de banco de sementes. A aquisição deste terreno não foi difícil, porque o proprietário vivia longe e já não tinha ligação à região, e o valor do terreno era muito inferior ao típico terreno com cultura de eucaliptos. Os 14 000 euros do seu custo iriam dar origem à primeira campanha de angariação de fundos do projecto, mas sobre isso se fala noutro local.

Quando os trabalhos se iniciaram, com um grande campo de trabalho voluntário (CTV) de 5 dias entre 1 e 5 de Setembro de 2006, eles decorreram essencialmente na cabeceira do Vale de S. Francisco, entre a mata da Celbi e o terreno adquirido pela Quercus.

OS PRIMEIROS DOIS ANOS (2006-2008)

O projecto nasceu com uma ideia, a de que sendo o trabalho de restauro ecológico um esforço de interesse geral para a sociedade, ele deveria e poderia ser levado a cabo essencialmente por membros dessa sociedade, em regime de voluntariado. Deste modo, o voluntariado foi “eleito”, desde o princípio, como “pedra angular” do projecto, do qual se originaria o essencial do trabalho a desenvolver. Os primeiros dois anos foram fruto dessa ideia, ancorada no sucesso do primeiro Campo de Trabalho Voluntário. Existiu por isso a intenção de continuar a realizar CTV's de vários dias, tal como o primeiro. Mas a realidade logo demonstrou que isso não era possível. Uma coisa é obter adesão para realizar um CTV inaugural de 5 dias, outra bem diferente é fazê-lo uma e outra vez e por tempo indeterminado. Por isso, muito rapidamente se evoluiu para o formato ainda em vigor de se realizarem jornadas de apenas um dia, ao Sábado.

Ainda podem ser consultadas as memórias do primeiro, do segundo, do terceiro, e do quarto CTV, realizados em 2006.

Mesmo para a realização de jornadas de um dia não foi fácil manter a adesão de um número significativo de voluntários. Os trabalhos foram-se realizando, mas com alcance limitado, circunscrevendo-se às áreas marginais das cabeceiras dos vales nºs 2 (Vale de São Francisco), 3 e 7. Incluíram a continuação do arranque de acáias de espigas e eucaliptos, o corte de eucaliptos e a plantação de árvores nas escassas áreas onde isso era possível.

Em 2007 realizaram-se mais 3 CTV's até Maio, fazendo um total de sete: o quinto, o sexto e o sétimo. Depois o formato foi de alguma forma abandonado, pois era cada vez mais difícil encontrar voluntários para participações de vários dias (embora, de facto, a maior parte dos CTV's já tivesse sido de apenas um dia). Um oitavo CTV, previsto para o 1º aniversário do projecto, não se chegou a realizar por falta de voluntários.

Entre Junho e Novembro realizaram-se trabalhos com alguns homens contratados, mas depois do Verão o tempo foi sobretudo de reflexão.



Figura 1 - Em Junho de 2007 as acácia-de-espingas já tinham crescido 2 metros nos locais mais favoráveis e constituíam barreiras impenetráveis.



Figura 2 - Em locais menos favoráveis (zonas rochosas) ainda se conseguiam arrancar.



Figura 3 - Numa manhã fresca de Junho de 2007 foi presenciado este cenário: parecia que tinha caído neve! Mas não: eram gramíneas do género *Agrostis* carregadas de orvalho



Figura 4 - Um afloramento rochoso em Junho de 2007

Entretanto a Silvicaima, sucessora da Celbi, que entretanto tinha sido adquirida pelo grupo Altri, preparava-se para replantar boa parte da mata, mostrando-se disponível para ceder algumas áreas antes ocupadas por eucaliptos para os fins do projecto. Assim se desenhou o essencial das áreas de conservação fora dos núcleos de solo marginal originais, consistindo na criação de “corredores ecológicos” ao longo dos principais vales e do próprio ribeiro. Mas neste momento estávamos já em finais de 2007, e os eucaliptos e as acácas já tinham “tomado conta” dessas áreas, crescendo rapidamente em solos comparativamente férteis e frescos. Era evidentemente impossível qualquer intervenção significativa nessas áreas com base no trabalho voluntário. Por outro lado, para colocar profissionais no terreno, eram precisos recursos financeiros.

Desta necessidade germinou o protocolo que envolveria a Câmara Municipal de Águeda, que iria garantir uma contribuição plurianual. Com uma contribuição da CMA de 7500 euro em 2008 e a disponibilidade da Silvicaima em proporcionar também uma contribuição nesse ano de igual valor, os trabalhos de equipas profissionais iniciaram-se nesse ano mesmo, com intervenções na zona de confluência dos vales nºs 3, 4 e 5, na cabeceira do vale nº 5 e no vale nº 6. Estes trabalhos foram essencialmente de corte de eucaliptos e mimosas, com posterior aplicação de herbicida na rebentação subsequente. Todos estes trabalhos foram muito dificultados pela presença de grande quantidade de árvores queimadas no grande incêndio, que ficaram espalhadas por extensas áreas, o que em conjunto com a ocorrência de muitas plantas, quer de eucalipto quer de mimosas, de origem seminal, tornava as áreas trabalhadas completamente impenetráveis, onde só gradualmente, através do corte das árvores em pé e da desmontagem das árvores caídas era possível ir avançando no terreno.



Figura 5 - Em meados de 2007, a zona de confluência dos vales nºs 3, 4 e 5 tinha uma densa cobertura de eucaliptos de origem seminal e mimosas, misturados com ramos queimados no grande incêndio.

2008 foi também um ano importante por outro motivo: em Janeiro desse ano foi criada a página/blogue do projecto, que ao longo dos últimos 12 anos foi um instrumento fundamental de comunicação e ligação com a comunidade mais larga e os voluntários em particular.

OS ANOS DE 2009 A 2011

Em 2009 e 2010 o projecto teve a ventura de ter sido muito bem sucedido numa candidatura ao Fundo ONG Ambiente do Espaço Económico Europeu (Fundo EFTA), tendo ficado em primeiro lugar entre mais de uma centena de candidaturas. O respectivo financiamento, no valor de 30 000 euros, permitiu continuar os trabalhos iniciados em 2008 e sobretudo intervir em áreas novas. Assim se iniciou um difícil trabalho de intervenção ao longo da margem norte do ribeiro, entre a zona do Cambedo e a zona de confluência dos vales nºs 3, 4 e 5, uma área com troços de difícil acesso e em muito mau estado pela presença de mimosas. Mas também se realizaram intervenções nos vales nº 7 e 4, ambos também muito complicados devido à orografia do terreno e à carga vegetal (verde e seca) presente. Todas estas operações de corte foram seguidas por aplicações de herbicida na rebentação subsequente, aplicação também dificultada pelos materiais dispersos no solo, que em alguns casos tornavam as áreas completamente inacessíveis a operações posteriores de plantação de árvores ou outros trabalhos de manutenção. Por isso se realizaram algumas operações de queima controlada (vales nº 3, 5 e 7), que por outro lado tiveram o inconveniente de originar novas “ondas” de germinação de invasoras...

Em 2009 iniciou-se também um processo que não iria parar nos anos seguintes: a inclusão na área de intervenção do projecto de parcelas fora da mata da Altri Florestal (e do terreno adquirido pela Quercus em 2006). O motivo inicial para esse processo partiu da intenção de criar um corredor ecológico o mais contínuo possível ao longo de ambas as margens do ribeiro, e como a mata só em alguns troços o atingia, e só na margem norte, essa intenção não se podia materializar sem a integração de parcelas pertencentes a particulares. A maior parte das parcelas particulares na zona mais a montante do imaginado corredor eram antigas parcelas agrícolas de também antigos habitantes da aldeia desabitada de Belazaima-a-Velha. Depois de 25 anos de abandono encontravam-se completamente ocupadas por mimosas. Foi um trabalho laborioso o de identificar os proprietários, pois que muitas parcelas eram pequeníssimas, mas finalmente conseguiu fazer-se. Rapidamente se concluiu que a compra das parcelas era a solução geralmente requerida, embora também tenha havido cedências. Excepcionalmente, e no caso de apenas dois proprietários, não foi possível chegar a acordo. Assim, com um orçamento de um pouco mais de 20 000 euros se adquiriram entre 2009 e 2010 as parcelas que permitiram começar a construir o corredor ecológico, e realmente as intervenções desses anos já as incluiram. E sobretudo aqui, essas intervenções incluiram, depois da remoção possível da vegetação invasora, a plantação de árvores, numa paisagem delas quase desprovida. A operação iniciou-se em Janeiro de 2010 com uma memorável jornada voluntária realizada na zona da Ribeira do Tojo, mas de facto as plantações destes anos (2010 e 2011) foram também

DE 2012 EM DIANTE

Em 2012 iniciou-se um processo que seria imparável nos anos seguintes, mas sobretudo a partir de 2015, quando passavam 10 anos sobre o incêndio de 2005: os eucaliptais queimados no grande incêndio começavam a ser cortados, ao se completar um ciclo de exploração, processo ainda acelerado pelo temor provocado pela ocorrência de novos grandes incêndios, como tinha voltado a acontecer ainda em 2013 quando os grandes incêndios do Caramulo queimaram extensas áreas da antiga freguesia de Agadão, chegando a tocar a área de intervenção do projecto, no vale nº 1. Era a oportunidade, que não se repetiria pelo menos nos 10 anos seguintes, de aumentar a área de intervenção do projecto, prolongando o corredor ecológico ribeirinho, primeiro, ao longo do seu curso na mata da Altri, e depois, se possível, para além dela.

Esse processo, de uma significativa ousadia, correu bastante bem, pois ao longo de c. de 6 anos, foi possível estender o referido corredor ecológico por mais de 3 km, desde a entrada da mata, passando pela aldeia do Feridouro, a represa de Belazaima, as suas terras da Benfeita e das Várzeas, encontrando-se as últimas parcelas de intervenção já na zona da Lavandeira! Embora não se trate de um “corredor” totalmente contínuo em ambas as margens do ribeiro, aproxima-se muito, como se pode constatar pela carta actualizada da área de intervenção. Por outro lado, inclui áreas bastante extensas que não se podem em rigor considerar como pertencendo ao “corredor”, como a preciosa área do Vale de Barrocas e as áreas que já vinham a “germinar” desde 2005 no âmbito da criação da Quinta das Tílias, que viria a ser formalizada em 2016. De facto, é a Quinta a titular de praticamente todas essas áreas, o que necessariamente a tornou parceira do projecto, com ou sem formalidades. O facto de esta Quinta ser iniciativa e responsabilidade do coordenador do projecto não deveria criar dificuldades especiais... A Quinta é um projecto agro-florestal e está dentro dos seus objectivos também a criação de áreas de conservação, para além da produção. Mas a área que a Quinta considera ser vocacionada para renaturalização é demasiado vasta para o fazer sozinha. Incluir estas áreas no âmbito do projecto é uma forma de tornar estas áreas de interesse e usufruto público, ainda que de titularidade privada. Aliás, o mesmo já acontecia com as áreas dentro da mata da Altri.

É um facto absolutamente assumido que a inclusão de áreas que não estavam originalmente sob o “chapéu” do projecto, diminuiu a sua capacidade para intervir nas que estavam, na sua maior parte dentro da mata da Altri Florestal, mas também no terreno que a Quercus adquiriu em 2006. Apesar disso sempre ter sido bem claro, foi da total responsabilidade do coordenador do projecto a inclusão das novas áreas, decisão, naturalmente, cuja validade só muito mais tarde poderá ser devidamente apreciada.